

ISSN: 0101-6342



Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

n. 97 – jan. 2025 – jun. 2025

Revista do Ministério Público do RS	Porto Alegre	n. 97	jan. 2025 – jun. 2025	p. 1-432
-------------------------------------	--------------	-------	-----------------------	----------

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 97 – jan. 2025 – jun. 2025

Conselho Especial de Professores Doutores Convidados

Alaor Carlos Lopes Leite – Universidade de Lisboa – POR
André de Azevedo Coelho – FMPRS
André Rafael Weyermüller – FEEVALE e UNISINOS
Andrés Molina Giménez – Universidade de Alicante – ESP
Ângelo Roberto Ilha da Silva – UFRGS
Anízio Pires Gavião Filho – FMPRS
Antônio Carlos Nedel – UNISINOS
Bruno Heringer Junior – FMPRS
Bruno Miragem – UFRGS
Carla Amado Gomes – Universidade de Lisboa – POR
Carlos Magno de Souza Paiva – UFOP
Celso Maran de Oliveira – UFSCAR
Cláudia Lima Marques – UFRGS
Cristiano Heineck Schmitt – PUCRS
Daniela Pellin – UNISINOS
David Silva Ramalho – Universidade de Lisboa – POR
Décio Luiz Alonso Gomes – IBMEC/RJ e EMERJ
Delton Winter de Carvalho – UNISINOS
Esther Pillado González – Universidade de Vigo – ESP
Fábio Roberto D’Ávila – PUCRS
Fernanda Figueira Tonetto – UDF
Francisco Humberto Cunha Filho – UNIFOR
Gabriel de Jesus Tedesco Wedy – UNISINOS
Gabriel Real Ferrer – Universidade de Alicante – ESP
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet – PUCRS
Hermes Zaneti Júnior – UFES
Ingo Wolfgang Sarlet – PUCRS
Jayme Weingartner Neto – PUCRS
José Casalta Nabais – Universidade de Coimbra – POR
José Luis Bonifácio Ramos – Universidade de Lisboa – POR
José Rubens Morato Leite – UFSC
Lenio Luiz Streck – UNISINOS
Lídia Garrido Corbobera – Universidade de Buenos Aires – ARG
Luana de Carvalho Silva Gusso – UNIVILLE
Luciana Turatti – UFRGS e UNIVATES
Manoel Gustavo Neubarth Trindade – UNISINOS
Marçílio Toscano Franca Filho – UFPB
Maria João Antunes – Universidade de Coimbra – POR
Mauro Fonseca Andrade – UFRGS
Melissa Guimarães Castello – PUCRS
Miguel Tedesco Wedy – UNISINOS
Nestor Caferatta – Universidade de Buenos Aires – ARG
Nicolás Rodríguez-García – Universidade de Salamanca – ESP
Orlando Faccini Neto – UFRGS e IDP
Paulo de Souza Mendes – Universidade de Lisboa – POR
Ricardo Antônio Lucas Camargo – UFRGS
Rodrigo Moraes de Oliveira – PUCRS
Rodrigo Vieira Costa – UFERSA
Rui Soares Pereira – Universidade de Lisboa – POR
Sérgio Viana Severo – UFRGS
Talden Farias – UFPB e UFPE
Thiago André Pierobom de Ávila – UNICEUB
Wilson Engelmann – UNISINOS

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Alessandro Fernandes
Alexandre Peres Teixeira
Bruno Heringer Junior
Carlos Henrique Miranda Jorge
Catiane Steffen
Cintya Leocadio Dias Cunha
Felipe Braga Albuquerque
Fernanda Figueira Tonetto
Gabriela Di Pasqua Pereira
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro
Ingo Wolfgang Sarlet
Jayme Weingartner Neto
José Casalta Nabais
José Gomes Sobrinho Júnior
Leonardo Azeredo Bandarra
Matheus Teodoro
Miguel Tedesco Wedy
Raul Marques Linhares
Tamara da Silveira Batista
Thiago Pierobom de Ávila
Thiago Tonetto Louzada
Waleska Malvina Piovan Martinazzo

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 97 – jan. 2025 – jun. 2025



Porto Alegre
2025

© dos autores, 2025

Organização

Ana Paula Costa Portinho
presidencia@amprs.org.br – Fone: (51) 3254-5306

Revisão

Daniela Falavigna
danifalavigna74@gmail.com – Fone: (51) 99163-5406

Editoração eletrônica:

Nilmara Trindade da Silveira
nilsilveira@cpovo.net – Fones: ☎ +55 (51) 99919-4758 / +44 7766 380340

Direitos desta edição reservados por
AMP/RS

A Revista do Ministério Público é uma publicação da
Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS,
www.revistadomprs.org.br

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
90050-191 – Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3254-5300
amprs@amprs.org.br
www.amprs.org.br

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 97 (2025)-.
– Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm
Semestral
ISSN 0101-6342
1. Ciências Criminais. 2. Direito e Processo Penal. 3. Direito e Processo Civil.
4. Meio Ambiente. 5. Doutrina Internacional. I. Rio Grande do Sul.
Ministério Público. II. Schneider Flach, Michael (Diretor da Publicação)
Índice para catálogo sistemático:
Direito – Periódicos CDU 34(051)
CDD 340.05

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária: Kátia Minatto Leal – CRB 10/1697

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA
E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO
DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA
QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS
NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (“INTERNET”),
NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR,
SEM QUALQUER DIREITO AUTURAL

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	13

CIÊNCIAS CRIMINAIS

1 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A EFETIVIDADE DAS OBRIGAÇÕES PROCESSUAIS PENAS POSITIVAS NA LEGISLAÇÃO CRIMINAL BRASILEIRA.....	15
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro	
2 A CRISE DE LEGITIMIDADE DO DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO E O INSTITUTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO DO TRIBUTO	39
Miguel Tedesco Wedy Raul Marques Linhares	
3 A EVOLUÇÃO JURÍDICA NO COMBATE AO TERRORISMO: impactos e implicações das alterações propostas pelo PL 3830/2024	67
Alessandro Fernandes	
4 A PENA DE MORTE: UM DIÁLOGO DOS TEMPOS EM QUE OS HOMENS SENSATOS DISCUTIAM FORMAS CONSTITUCIONALMENTE VÁLIDAS DE MATAR...	89
Catiane Steffen	
5 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER COMO FORMA DE VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO: um diálogo com a sociologia feminista	121
Thiago Pierobom de Ávila	

6	ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DOS SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS E OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRUTURA ACUSATÓRIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	143
	Fernanda Figueira Tonetto Thiago Tonetto Louzada	
7	ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EM CRIMES DE ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO: uma abordagem transdisciplinar a partir do flagrante nas vinícolas gaúchas em 2023	163
	Gabriela Di Pasqua Pereira	
8	O CRIME DE HOMICÍDIO E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	191
	Carlos Henrique Miranda Jorge	
9	OS ELEMENTOS DO CRIME DE RACISMO RELIGIOSO	213
	José Gomes Sobrinho Júnior	
10	PROIBIÇÃO DE PROTEÇÃO INSUFICIENTE EM MATÉRIA PENAL? limites e possibilidades	247
	Ingo Wolfgang Sarlet Jayme Weingartner Neto	
11	TRANSFORMANDO VIOLÊNCIA EM PAZ: a justiça restaurativa como instrumento para a interrupção do ciclo de violência das rixas de sangue.....	293
	Bruno Heringer Junior Tamara da Silveira Batista	

DOCTRINA NACIONAL

12	A COLEGIALIDADE E O DUPLO GRAU JURISDICIONAL COMO MECANISMOS DO CÍRCULO HERMENÊUTICO: revisando existências em nome do consenso	309
	Matheus Teodoro	

13	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO CLÁUSULA PÉTREA: impossibilidade de imposição de limites às suas prerrogativas e garantias além das já previstas pela constituição	323
	Leonardo Azeredo Bandarra	
14	PANTANAL PATRIMÔNIO NATURAL DA HUMANIDADE E A (DES)PROTEÇÃO JURÍDICO AMBIENTAL CONFERIDA PELA LEI DO ESTADO DE MATO GROSSO Nº 11.861/2022	339
	Cintya Leocádio Dias Cunha Felipe Braga Albuquerque Waleska Malvina Piovan Martinazzo	

DOCTRINA INTERNACIONAL

15	CONDUTAS PERPETRADAS POR CIVIS PELO CIBERESPAÇO NO CURSO DOS CONFLITOS ARMADOS ENTRE ESTADOS – O CASO DA UCRÂNIA.....	359
	Alexandre Peres Teixeira	
16	PRINCÍPIOS DO DIREITO PORTUGUÊS DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	387
	José Casalta Nabais	

NORMAS TÉCNICAS PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

A Revista do Ministério Público é uma publicação semestral, com o início no ano de 1941. É editada pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas a publicação é dirigida tanto aos seus membros, como para comunidade jurídica, como professores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos em estudos produzidos na área do Direito ou afim. Os escritos em tese são de livre tema, salvo Edições Temáticas. Contudo, não serão aceitos artigos que violem os princípios e valores constitucionais do Ministério Público, enquanto “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

A Revista adota as seguintes normas editoriais

1. Serão aceitos apenas trabalhos inéditos. Salvo se publicados internacionalmente. Poderão ser avaliados textos se publicados em outra unidade da federação e elaborados por autor com título de doutorado.
2. Os artigos passarão pela apreciação dos Editores na modalidade “às cegas”.
3. Os Editores encaminharão os artigos para apreciação do Conselho Editorial, e também, se necessário, para o Conselho de Professores Convidados, para análise, na qual será recomendada ou rejeitada a publicação.
4. Os pareceres comportarão três possibilidades:
 - a) aceitação integral;
 - b) aceitação com reformulações;
 - c) recusa integral. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.
5. Os autores serão informados sobre eventuais modificações a serem realizadas.

6. Os Editores e o Conselho Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos. Modificações substanciais serão solicitadas aos autores com prazo definido.
7. Se de autor estrangeiro serão aceitos artigos em outra língua. Mas deverão também conter título, resumo, palavras-chave e sumário em português.
8. As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que os responsáveis pela Revista do Ministério Público compartilham das suas opiniões ou juízos.
9. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o autor. Trata-se de publicação gratuita, científica e sem fins lucrativos.
10. A titulação mínima do autor para a publicação é a de Especialista em Direito, Mestrando ou equivalente. Máximo de 5 autores e de 1 artigo por ano.

Forma de apresentação dos manuscritos

Os artigos deverão ser encaminhados por *e-mail* (em PDF e WORD), digitados em espaço de 1,5 nos parágrafos, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, em folha A4, com formatação de margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm, em páginas numeradas iniciando em 01, além da observância das demais normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ainda, as **referências** deverão atender ao seguinte padrão:

- a) Todas obras citadas devem constar no final, sem utilização de “ _____ ” para substituição de nome de autor que se repita.
- b) Citação pelo sistema de nota de rodapé com informação completa. Ou pelo método Autor e data.

A apresentação dos trabalhos deverá seguir as seguintes orientações:

ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS (Nesta Ordem)

1. Título;
2. Nome do(s) autor(es), limite de 5, e nota de rodapé contendo: formação acadêmica, profissão e *e-mail*;
3. Resumo (mínimo 100 e máximo 300 palavras);
4. Cinco (5) Palavras-chave simples ou compostas;
5. Sumário;

6. Os itens 1, 3, 4 e 5 em português e língua estrangeira (preferencialmente inglês: *title*, *abstract*, *keywords* e *summary*);
7. Introdução;
8. Desenvolvimento;
9. Considerações Finais;
10. Referências.

CATEGORIAS

1. **ENSAIOS JURÍDICOS** – Textos entre 6 a 12 páginas. Ou de associado da AMPRS sem titulação. Ou peças processuais que deverão conter os elementos supra de 1 a 5.
2. **ARTIGOS DE DOCTRINA** – Textos entre 13 e 30 páginas.
3. **ARTIGOS DE DOCTRINA INTERNACIONAL** – Textos de 13 e 30 folhas de pesquisa jurídica, elaborado por autor estrangeiro ou sobre norma e direito alienígena.

Demais formatações, seguir o disposto na ABNT.

Padrão Editorial

Todo manuscrito encaminhado à Revista deverá estar de acordo com as normas éticas de pesquisa, vigentes na área do respectivo trabalho, e deverá estar acompanhado de uma carta assinada pelo autor principal, onde esteja explícita a intenção de submissão do trabalho à publicação, contendo autorização para reformulação da linguagem, quando necessário, dispensando os direitos autorais e declarando se tratar de texto inédito, salvo a exceção admitida. Em caso de autoria múltipla, a versão final deverá ter a assinatura de todos os autores, no máximo de 5.

Classificação: Qualis A4.

Título Mínima: Especialista, Mestrando ou equivalente.

Periodicidade: Semestral (janeiro a junho, e julho a dezembro).

Prazos: Revista Ímpar, até 31 de março. Revista Par, até 31 de agosto.

Endereço para envio: <revistadaamprs@gmail.com>. Ou direto na plataforma.

Site da Revista: <<https://www.revistadomprs.org.br/index.php/amprs>>.

Porto Alegre.

Direção da Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRS.

**ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Fernando Andrade Alves
Presidente

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETOR DA REVISTA
Michael Schneider Flach (Doutor)

VICE-DIRETOR
Rodrigo da Silva Brandalise (Doutor)

CONSELHO EDITORIAL
Andrea Almeida Barros (Doutora)
Annelise Monteiro Steigleder (Doutora)
Caroline Vaz (Doutora)
Charles Emil Machado Martins (Doutor)
Fábio Roque Sbardello (Doutor)
Júlia Flores Schütt (Doutora)
Luciano de Faria Brasil (Doutor)
Vinícius de Melo Lima (Doutor)

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Revista do Ministério Público nº 97 (2025/1).

Trata-se de uma edição abordando os temas de Ciências Criminais, Doutrina Nacional e Internacional, somando ao todo 16 artigos.

A publicação em pauta conta com escritos da lavra de Professores, Especialistas Mestres, Doutores e Pesquisadores em geral, dos mais variados ramos do Direito e das Carreiras Jurídicas, com vasta experiência no seu campo de atuação, bem como com novos integrantes nos respectivos Conselhos.

Nosso agradecimento a todos os que colaboraram com a presente edição, e o desejo de uma profícua leitura.

Por fim, convidamos a participar das nossas próximas edições, Revista nº 98, no período de julho a dezembro de 2025, e prazo de submissão dos artigos até 31 de agosto de 2025. E a Revista nº 99, no período de janeiro a junho de 2026, e prazo para artigos até 31 de março de 2026. Os temas são livres, os escritos devem ser inéditos e conterem de 13 a 30 páginas, de acordo com as normas de publicação.

Michael Schneider Flach
Diretor da Revista do Ministério Público do RS
Doutor em Ciências Criminais
Pós-doutorando pela Universidade de Coimbra

